

RECENSÃO

André, José Maria. (2012). *Multiculturalidade, identidade e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage, 306 pp.

Carlos Alberto Alves¹

Os fluxos migratórios e a multiculturalidade são objeto de estudo no âmbito das humanidades e das ciências sociais. Neste contexto, o livro de José Maria André (JMA), professor de Filosofia e de Teatro na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), tem como ponto de partida a filosofia do Renascimento, que baliza o fim da Idade Média e o começo da Idade Moderna. Sobressai nesta obra a preocupação com a pessoa e a sua relação com a política, a religião, mas também no que se refere à filosofia, à ciência, à arte, à moral e à cultura em geral, passando ainda pelo pensamento utópico, que, de uma maneira geral, o século passado tentou reabilitar, para refletir sobre a identidade e a mestiçagem no mundo contemporâneo. É verdade que o livro também retoma a reflexão iniciada numa obra anterior, com 146 páginas, publicada em Coimbra, pela Ariadne Editora, há precisamente oito anos, com o título: *Diálogo intercultural, utopia e mestiçagem em tempos de globalização*.

Os sete capítulos do livro destacam o papel das artes, sobretudo o contributo do teatro no confronto e aproximação entre diferentes visões do mundo, ou seja, aquilo que é designado como diálogo intercultural; realçam a utilidade das humanidades, tema presente nos capítulos primeiro, quarto e sétimo, que inicialmente foram apresentados em conferências para professores de Filosofia, no Colóquio Internacional “Why Culture” e na receção aos alunos do 1.º ano das licenciaturas da FLUC, em 2001. Os capítulos segundo, terceiro, quinto e sexto foram publicados na *Revista Filosófica de Coimbra*, na *Communio – Revista Internacional Católica*, na revista *Biblos* e em livros, em Portugal e em Espanha.

¹ Licenciado em Filosofia e doutorando em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E-mail: caa30@hotmail.com

Ora, o destaque de JMA vai para a multiculturalidade contemporânea – caracterizada pela erosão do Estado-nação, por um lado, e pela globalização, por outro – e ainda para a sociedade em rede, designada como Telepolis, ou seja, nova forma de *polis* (cidade). No início do terceiro capítulo, é explicada a razão para a escolha do conceito de multiculturalidade, em vez de multiculturalismo, nestes termos:

Multiculturalidade tem um conteúdo fundamental descritivo, significando a existência de uma pluralidade de culturas numa proximidade geográfica. Já o conceito de multiculturalismo tem sobretudo um conteúdo normativo, correspondendo à designação atribuída a algumas políticas de resposta ao fenómeno da multiculturalidade, bastante contestadas quer por autores e correntes de matriz liberal, quer por pensadores que defendem antes a necessidade de uma interação cultural (p. 105, nota 1).

O multiculturalismo com vista a gerir as diferenças raciais teve a sua gênese nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 50 do século XX, altura em que teve início a revogação da legislação racista que, desde a segunda metade do século XIX, precisamente a partir de 1876, atingiu negros e asiáticos. A legislação racista (Lei de Jim Crows) foi revogada pelo *Civil Rights Act*, em 1964, dando início à discussão política, nos EUA, sobre o multiculturalismo, que viria a influenciar também alguns países como o Brasil, colônia portuguesa até 1822, tanto mais que a construção da identidade brasileira foi alicerçada no mito racial. A partir da década de 90 do século XX, foram implantadas políticas multiculturais que vieram permitir ao Governo brasileiro, em 2003, promover a lei que instituiu, para o ensino básico, a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a que se juntou idêntica medida relativamente ao ensino sobre a cultura dos povos indígenas, em 2008.

A reflexão de JMA permite compreender as representações do mundo e a questão da multiculturalidade, assim como o diálogo entre culturas e povos; aborda também questões relacionadas com a democracia, os direitos humanos, as migrações e a tolerância, evocando os princípios da resistência cultural, da consciência crítica, da vigilância epistemológica e, acima de tudo, da capacidade de desconstrução incondicional das ideias que ameaçam, de forma totalitária, a capacidade de pensar e o primado das línguas maternas, considerado, no capítulo sétimo, «berço em que nascemos para os outros e para o mundo» (p. 302).

Relativamente aos desafios do mundo contemporâneo, é realçado o fato de vivermos numa sociedade em que os cidadãos deixam de se circunscrever aos limites territoriais do Estado de que são oriundos. São também temas de reflexão as questões que se prendem com a globalização contra-hegemônica, a promoção do desenvolvimento e o progresso econômico

justo dos povos. É feito um apelo para a formação do projeto multicultural e emancipador, assim como a dimensão política da cultura e das suas potencialidades, para que se possa resistir contra outras formas de dominação presentes na sociedade atual.

O papel do teatro, da dança, da música e da pintura em favor do diálogo intercultural também é destacado por JMA, que não confunde o diálogo intercultural com o diálogo inter-religioso, dando conta dos limites do diálogo entre crentes de diferentes religiões que permite atalhar ressentimentos do passado. Apresenta, igualmente, o cristianismo, também considerado “religião do Livro” e dos que reconhecem a fé em Jesus Cristo, reconhecendo-O como Filho de Deus e mensageiro universal da salvação. Ao pensar sobre o diálogo inter-religioso e intercultural, uma vez que a cultura e a religião têm em comum o fato de terem como sujeito homens e mulheres, o capítulo sexto alude ao Concílio Ecumênico Vaticano II – convocado em 1959 e cujos trabalhos foram iniciados em outubro de 1962, com o Papa João XXIII, e concluídos em dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI – que permitiu à Igreja Católica, instituição missionária universal, debruçar-se sobre variados temas, especialmente o ecumenismo e a missão dos católicos no mundo contemporâneo. O Concílio possibilitou, assim, ao catolicismo juntar no seu compromisso a contingência dos povos e das nações, isto é, fazendo suas também as «alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo os pobres e de todos aqueles que sofrem» (GS 1).

Quanto à mestiçagem, resultante da ideologia do império colonial, iniciada nos séculos XV e XVI e que se prolongou até ao século XX, tal como o modelo de assimilação, que foi a base da política colonial – herdeira de uma matriz monocultural e etnocêntrica na relação com o outro – foi muitas vezes imposta. Entretanto, a reflexão sobre a mestiçagem está marcada por uma grande carga histórica, devido ao processo de colonização, razão pela qual o termo mestiçagem tem sido substituído por alguns conceitos como hibridação, hibridismo, sincretismo, de forma a caracterizar o processo intercultural. Relativamente a Portugal, país considerado um dos pioneiros da globalização e que construiu o seu império colonial, registra o primeiro desembarque de africanos cativos trazidos da costa africana em 8 de agosto de 1444, em Lagos, data que marca o início da presença africana em Portugal, cuja herança perdura até aos nossos dias, como mostram os estudos levados a cabo por investigadores portugueses e estrangeiros, nomeadamente António Brásio, Didier Lahan, Isabel Castro Henriques, José Ramos Tinhorão, entre outros.

O movimento revolucionário de 25 de abril de 1974 permitiu o fim do Estado Novo, regime político autoritário, corporativista, colonialista e antidemocrático, iniciado com a ditadura militar de 28 de maio de 1926 e institucionalizado pela Constituição política de 1933. A Revolução de 1974 permitiu, igualmente, a transferência, para os movimentos de libertação, da soberania política que Portugal exercia nas ex-colônias africanas. A instauração do regime político democrático em Portugal, consolidado na década de 80, tendo em conta o problema da imigração, criou estruturas e programas para a educação multicultural, desafiando as escolas a criarem condições sociais, pedagógicas e didáticas para promoverem a integração, na sociedade portuguesa, de alunos estrangeiros (muitos deles provenientes das ex-colônias portuguesas) e facilitarem, desta forma, o acesso ao conhecimento.

JMA chama a atenção para a mestiçagem de existência, conceito filosófico que quer dizer «o que está aí», aquilo que é equiparável à realidade, que, no existencialismo contemporâneo, significa vida ou realidade humana, como é realçado na página 15 do livro, onde é transcrito um trecho do conto com o título: «Afinal, Carlota Gentina não chegou de voar?», de António Emílio Leite Couto, mais conhecido pelo nome literário Mia Couto, escritor e biólogo moçambicano, natural da Beira, em 1955, filho de portugueses estabelecidos em Moçambique no século passado.

Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi só um. Aí, o problema. Por isso, quando conto a minha história me misturo, mulato de raças, mas antes de existências. (Mia Couto. (1987). *Vozes Anoitecidas*. Lisboa: Caminho, 3.^a edição, p. 85.)

Em suma, o livro de JMA é, assim, um contributo importante que permite pensar as questões da multiculturalidade, da identidade e da mestiçagem da existência, sem deixar de lado as ideias, a política, a estética e a religião, num registro que nos faz pensar sobre o que somos e queremos ser no século XXI. O desafio será, então, o de cada um de nós contribuir para o diálogo intercultural num mundo cada vez mais global.